



ATA N.º 14/2016

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2016
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 28 DE NOVEMBRO DE 2016

-----No dia 28 de novembro de 2016, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de novembro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º, e na alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 - *Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;***
- **PONTO 2 - *Apreciação e votação das propostas das Grandes Opções do Plano e de Orçamento para 2017;***
- **PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de celebração de Contrato de Delegação de Competências do Município de Lagos na Comunidade Intermunicipal do Algarve - AMAL, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros;***
- **PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Desafetação do Domínio Público Municipal, de uma Parcela de Terreno, sita na Ameijeira, Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Lagos;***
- **PONTO 5 - *Apreciação e votação da emissão de autorização prévia do Compromisso Plurianual referente ao Concurso Público para Aquisição de Serviços de Cópia e Impressão em Sistema Outsourcing;***
- **PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de Contrato-Programa para a Promoção e Gestão de Equipamentos Desportivos e Prestação de Serviços na área do Desporto, a celebrar entre o Município de Lagos e Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva, EM, S. A..***

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 40 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)



Fl. 157v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	José Luís Quental Mota Vieira
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Morais
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	1 dia	Márcio Filipe dos Santos Viegas



PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	1 dia	José Luís Quental Mota Vieira
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade	1 dia	Maria Teresa Andréz Gonçalves
PS	Maria Teresa Andréz Gonçalves	1 dia	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa	Sessão	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia	1 dia	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	SESSÃO
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade	outubro/2016

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO,** nos momentos indicados nesta Ata, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
TSL	José Alberto Baptista

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO A MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicada:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora



Fl. 158v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante este expediente, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
TSL	José Alberto Baptista	20.42

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O Sr. João Lourenço fez a seguinte intervenção: “Venho aqui a esta Assembleia porque foi tomada uma decisão política que ultrapassou um parecer jurídico da Câmara Municipal de Lagos e favoreceu a minha vizinha Cármen Ferreira, residente na Rua da Esperança, n.º 3, no Bairro da Abrótea, em Lagos e residindo eu, seu vizinho, na Rua da Abrótea, n.º 32 r/c direito. Esta decisão da construção de dois muros de forra, que tapam uma porta no meu vão e uma janela, arruinaram as condições de habitabilidade da minha habitação. Estes muros nas suas fundações bloqueiam e estrangulam os esgotos que anteriormente e (atualmente persistem) estavam ligados a uma fossa comum, num terreno comum, fruto de usucapião mais antigo, por parte do meu pai e posterior usucapião (três anos depois), pelo pai da Sra. Cármen Ferreira, sobre o mesmo terreno. A ligação de esgotos, foi de comum acordo, estando atualmente ligados à rede municipal, quando esta foi construída. As condições de habitabilidade da minha habitação, com a construção destes dois muros, bloqueando os esgotos para a rede , o esgoto inunda a minha casa de banho líquidos e cheiros nauseabundos, que saem pelo chão, pois encontram a saída obstruída pela construção dos dois muros e minam o chão da casa , que está a abater com as infiltrações dos esgotos por baixo do piso do chão e as humidades sobem pelas paredes. O processo arrasta-se porque tem a ver com o favorecimento político, a falta de transparência, o que origina a falta de respostas da Câmara Municipal de Lagos, que permanece muda, parada e conivente com a situação. Acrescento que a casa da Sra. minha vizinha, Sra. Cármen Ferreira, na Rua da Esperança n.º 3 – não foi construída segundo o projeto aprovado, o acesso devia ser como o n.º de rua indica, rua da Esperança, n.º 3 e isso acontece pela Rua da Abrótea, estando, portanto, ilegal. No local de acesso à rua da Esperança n.º 3 foi construída uma garagem ilegal, no espaço das escadas de acesso à rua da Esperança, garagem esta que está em processo de legalização pela Câmara Municipal de Lagos. Os regulamentos indicam para o cidadão comum a demolição do que está ilegal para reposição da legalidade, segundo o licenciamento aprovado. A curiosidade da situação, também tem o seu lado humorístico. Dia 20-05-2016, num domingo pelas 15 horas chego a casa e estão quatro senhoras paradas a olhar para a minha habitação e conversando entre elas comentam: “olha no que ficou a casa meia janela”, logo diz outra senhora rematando a conversa: “chama-lhe antes o muro da vergonha”. Isto poderia ser uma rábula de Revista à Portuguesa, só que é sério e representa a vida real e é a Câmara Municipal de Lagos a arruinar a vida do cidadão comum. Pedia a esta Assembleia a vigilância e o respeito pela ordem estabelecida e a defesa do cidadão desfavorecido.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	20.43

-----O Sr. Nautílio Lourenço, fez a seguinte intervenção: “Peço desculpa ao Dr. José Alberto Batista por o envolver na discórdia, que eu tenho com a Câmara Municipal, discórdia essa que é do conhecimento desta Assembleia. Como a Câmara Municipal não tem qualquer dúvida, que no projeto aprovado em 3 de setembro de 1970 (proc. 151/71), foi aprovado demolição total do logradouro do referido projeto, e também afirma que demolido o referido logradouro, a Rua da Esperança confina com a parede do meu prédio. Assim como não há nenhum projeto de alteração ao referido projeto e como o referido logradouro é na totalidade pertença de um particular, como afirma a Câmara Municipal. Penso que será do interesse do Dr. José Alberto Baptista, esclarecer esta Assembleia, porque quando era Presidente da Câmara Municipal de Lagos, com o seu conhecimento, e do conhecimento público, foi demolido parte do referido logradouro, em que foram utilizados equipamentos, funcionários e matérias pertencentes à Câmara Municipal. Como a atual Câmara Municipal afirma que a demolição do referido logradouro devia ser feita pelo dono da obra (proc. 171/71). Sendo assim, pelo uma explicação ao Dr. José Alberto Baptista porque foram utilizados recursos da Câmara Municipal na obra de um particular e porque a referida obra não foi construída de acordo com o projeto aprovado.”-----

-----A Sra. Andreia Augusto, deu a conhecer à Assembleia Municipal o problema verificado, constantemente, relativamente ao abastecimento de água à Vila de Bensafrim, referindo que a interrupção do fornecimento de água a Bensafrim precisa de ser resolvida no mais curto espaço de tempo, uma vez que os contantes cortes no fornecimento de água, muitos transtornos trás para Bensafrim. Referiu ainda que situação idêntica se verifica com o fornecimento de energia elétrica.-----

-----O Sr. Pedro Glória, em nome do PAN – Pessoas, Animais e Natureza, apresentou a seguinte proposta: “1 - ESCOLA - Articulação de horários de saída com o horário dos autocarros: Existem autocarros à mesma hora do toque de saída, o que impossibilita que os alunos consigam apanhar o autocarro e os próximos chegam só meia hora depois do toque. Propõe-se uma melhor articulação para que hajam, por exemplo, autocarros 10 minutos depois do toque de saída. - Refeições baseadas em vegetais: Não estão a ser equacionadas refeições vegetarianas ou sempre ricas em vegetais. Propõe-se ser dada a possibilidade de o aluno informar o seu regime alimentar no ato da compra das senhas do almoço (por exemplo), facilitando assim a articulação com o refeitório. Existe um relatório da DGS onde são explicadas as linhas orientadoras e onde é afirmado que não sai mais caro, nem é mais difícil proporcionar tais refeições. - Refrigerantes e bebidas açucaradas: A escola deixou de oferecer a compra de refrigerantes, mas continua a proporcionar a compra de bebidas altamente açucaradas. Propõe-se que o leque de ofertas de



Fl. 159v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

bebidas seja feito dentro duma boa variedade de sumos de fruta com baixo teor de açúcar. - Atividades de grupo, sensibilização social e cultura. Propõe-se uma maior articulação de atividades de grupo que promovam o contacto com o exterior, como a agricultura; recolha e reciclagem de lixos; contacto com atividades físicas como o yoga, tai-chi ou chi-kung; maior participação em atividades lúdicas e culturais que favoreçam a variedade e o combate à rotina. Tomar em consideração os dados apresentados pelo Sr. Dr. João Serra numa das conferencias levadas a cabo pela Assembleia Municipal no seu ciclo de conferências. 2 - ENERGIA - Intermediação junto da ALGAR no sentido de a mesma expandir o programa de produção de Biogás nos Aterros e ETAR's de forma a abranger também o nosso concelho, à semelhança do exemplo pioneiro de São Brás de Alportel. - Investimento em energias renováveis em todos os edifícios públicos com condições favoráveis para tal, como é o caso do edifício Lagos Séc. XXI. Podem ser calculados os gastos com energia nos próximos 6 a 8 anos e o valor ser aplicado na sustentabilidade energética dos edifícios. 3 - CONSTRUÇÃO URBANÍSTICA - Contrapartidas em espaços verdes, com plantas e árvores, por parte dos construtores urbanísticos, em função da volumetria concedida para construção. - Controlo mais rigoroso das novas construções tendo em conta fatores reais de eficiência energética: Promover e incentivar a produção própria de energia; recolha e gestão de água das chuvas; recolha, tratamento e transformação de resíduos sólidos orgânicos através de bio digestão. 4 - ESPAÇOS VERDES - Formação em Agricultura-Biológica para todos os funcionários diretos e indiretos ao serviço do município, para uma atualização e aperfeiçoamento de competências práticas aplicadas no terreno, nomeadamente no concerne diretamente com gestão de água, podas, aproveitamento de resíduos orgânicos e não aplicação de herbicidas e pesticidas nocivos, na sequência do que foi aprovado na Assembleia da República em relação à formação de técnicos do ministério da agricultura. - Melhor gestão dos sistemas de rega tendo como objetivo o menor consumo de água possível: Retificação da orientação de aspersores; regas mais curtas, por exemplo. - Implementação de programa de florestação de espaços públicos e devolutos, quer em meio urbano quer em meio rural. 5 - HERBICIDAS e PESTICIDAS - Glifosato: Em estudo apresentado pela Organização Mundial de Saúde foi revelada a existência de níveis altíssimos deste composto químico nocivo e potenciador de cancros, nos seres humanos e animais. Foi ainda revelado recentemente que num estudo realizado em Portugal, 100% dos indivíduos testados, ou seja, todos os indivíduos, apresentavam níveis preocupantes de glifosatos. Solicita-se que seja proibido o uso de tal composto químico no nosso concelho, bem como a recomendação de ser retirado do mercado. - Solicitamos que sejam feitas análises aos bens hortícolas comercializados nos nossos mercados. - Solicitamos que sejam efetuados controles da existência deste e outros pesticidas nos produtores de hortícolas com especial atenção para aqueles que promovem agricultura orgânica. 6 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Reorganização dos pontos com e sem iluminação pública: Devem ser considerados pontos obrigatórios com iluminação as passadeiras; cruzamentos, interceções e rotundas. Nas ruas com comércio deve ser tomado em



consideração toda a iluminação já existente dos próprios estabelecimentos comerciais e de diversão noturna, complementando as necessidades em falta. Nas ruas apenas habitacionais deve ser estabelecido um mínimo de iluminação necessário. - Verifica-se que existem pontos de super ou híper iluminação: Devem ser redefinidas as potências das luminárias acompanhando as necessidades de cada arruamento, urbano ou rural, sem que se chegue ao ponto da poluição luminosa no sentido de não haverem zonas super iluminadas e outras não iluminadas. - Instalação de um sensor de luz num ponto do concelho, que controle automaticamente quando a iluminação deve estar acesa ou apagada. 7 - MEIA-PRAIA - A baía da Meia-Praia é dos principais ícones paisagísticos do nosso concelho, no entanto encontra-se incompreensivelmente ao abandono há décadas. Solicita-se que seja feita uma intervenção de limpeza, melhoria dos acessos e requalificação das zonas de estacionamento, bem como a conceção de espaços verdes envolventes, com plantas e árvores autóctones para crescimento autónomo, e com o mínimo de intervenção humana. - Propõe-se o melhoramento da via pública ao longo Meia-Praia promovendo e facilitando a locomoção pedonal e de bicicletas. 8 - CICLOVIAS - Propõe-se que em toda a zona plana da baixa da cidade, compreendida entre o 'Forte do Ponta da Bandeira' e o Estádio Municipal, mas também em toda a zona plana do lado nascente, compreendido entre o Molião e a Meia-Praia, sejam desenvolvidas faixas para a circulação de bicicletas. - Propõe-se a colocação de zonas de estacionamento de bicicletas junto de espaços públicos como: serviços municipais e de estado, escolas, mercados, praias, zonas de lazer. - Pedese a intermediação junto das grandes superfícies comerciais no sentido de serem colocados parques para bicicletas.”-----

-----A Sra. Maria Silva, reforçou a intervenção da Sra. Andreia Augusto relativamente à questão relacionada com o abastecimento de água a Bensafrim.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a Câmara Municipal estava a acompanhar a situação referente ao abastecimento de água a Bensafrim, acrescentando que a mesma se devia a problemas com a conduta que abastece Bensafrim. Informou que a Câmara Municipal está a trabalhar, arduamente, na solução do problema, pelo que será implementada uma situação alternativa para colmatar a situação, garantindo assim o abastecimento até à solução definitiva. Mais informou que até que Bensafrim tenha o problema do abastecimento de água resolvido, os custos que a população de Bensafrim irá ter com a fatura da água, é o custo mínimo, atendendo aos prejuízos que a população tem tido, mais concretamente nos últimos dias.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que a solução relativamente ao abastecimento de energia elétrica a Bensafrim, não passa pela Câmara Municipal, no entanto esta tem manifestado a sua posição de desgosto com a situação junto da EDP, que é a entidade responsável, neste caso.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse estar solidário com os habitantes de Bensafrim e saudou a solução provisória para minimizar o problema, por parte da Câmara Municipal. Em termos políticos, disse que o Grupo Municipal do PSD, por



Fl. 160v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

diversas vezes tinha abordado a assunto em causa, tendo, igualmente, alertado a Câmara Municipal para a necessidade de uma solução rápida para o problema.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) começou por manifestar a sua solidariedade para com a população de Bensafrim, relativamente ao problema do abastecimento de água à Vila. Disse que é um problema que não é fácil de resolver, mas está a ser desenvolvido trabalho no sentido de resolver a situação, por parte da Câmara Municipal. Relativamente ao fornecimento de energia a Bensafrim disse que a EDP Distribuição tem previsto no seu orçamento para 2018, a criação de uma subestação que irá melhorar o fornecimento de energia.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse estar solidário com os habitantes de Bensafrim. Relativamente ao custo da água, disse que a água é cara para todos os munícipes de Lagos e não apenas para os de Bensafrim, pelo que repudiou a medida anunciada pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, uma vez que as receitas arrecadas com a água deveriam ser aplicadas na renovação de condutas e afins, de modo a minimizar e a evitar situações, como a que se estava a verificar em Bensafrim. Terminou considerando a medida anunciada como uma medida eleitoralista.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o assunto trazido pelos habitantes de Bensafrim, já por várias vezes foi tratado pela Assembleia Municipal ao longo dos anos. Lamentou que o problema só tenha solução quando o mesmo bate no fundo. Sobre o fornecimento de energia a Bensafrim, disse que na zona existe um parque eólico que envia a eletricidade para o Porto de Lagos, quando a mesma devia ser canalizada para Bensafrim dada a extensão da linha que fornece a energia elétrica à Vila de Bensafrim. Disse ser mais que justa a reivindicação das pessoas de Bensafrim.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 365/2016 a 464/2016, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 281/2016 a 378/2016, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que no Concelho de Lagos o património edificado e arqueológico assume particular relevância socio/cultural, quer como fator básico na formação da consciência identitária e da autoestima da população em geral, quer na sua função social e didática, criadora da memória coletiva e promotora da prática da cidadania; Considerando que o conhecimento e divulgação deste nosso património, quando devidamente preservado, reabilitado e colocado em condições de cumprir aquelas suas funções e prerrogativas, é decisivo para o seu papel informativo e educativo junto da população residente, turistas e visitantes interessados ou estudiosos; Considerando que é responsabilidade dos Órgãos das Autarquias Locais a proteção, recuperação e valorização do seu património, e que são contributos essenciais para o cumprimento desta competência, quer a sua classificação como de interesse municipal, quer a



proposta às entidades de tutela para classificações de grau superior, retirando-o assim dos perigos da vulnerabilidade perante agressões e oportunismos a que se encontra sujeito; Considerando que no Concelho de Lagos se verifica a existência de uma valiosa lista de relevante património edificado e arqueológico em situação de não classificado, em vias de classificação ou em estudo, e que no grau de interesse municipal se encontram apenas dois edifícios; Considerando que a Assembleia Municipal de Lagos, no uso das suas competências, não pode ficar indiferente ou resumir-se à condição de mera espectadora perante esta realidade, e com o objetivo de melhor conhecer, estudar e contribuir para que o património cumpra as referidas funções na comunidade lacobrigense, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 28 de novembro de 2016, delibere: 1 - A realização, no mês de março de 2017, de uma Sessão Extraordinária com o seguinte Ponto Único na Ordem de Trabalho: Situação do património edificado e arqueológico no Concelho de Lagos. 2 - Solicitar à Câmara Municipal de Lagos informação atualizada, em tempo útil, sobre a situação do património edificado e arqueológico no Concelho de Lagos. 3 - Solicitar à Câmara Municipal de Lagos informação sobre medidas em curso ou projetadas relacionadas com este património. 4 - Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) disse que o assunto merece ser abordado pela Assembleia Municipal, mas como um Ponto da Ordem do Dia de uma Sessão Ordinária e não numa Sessão Extraordinária convocada só para esse efeito.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a matéria em causa é vasta pelo que terá que ser abordada numa Sessão específica e não como um Ponto da Ordem do Dia de uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse concordar com a Proposta da CDU uma vez que o tema é vasto.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a matéria em causa é para ser tratada com tempo, pelo que se justificava uma Sessão Extraordinária para o efeito.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	3	1	1	13
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	12	0	0	0	0	0	12

-----**DELIBERAÇÃO N.º 105/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.--

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A Rede de Referência Hospitalar de Cardiologia, aprovada por despacho do Ministro da Saúde de 2 de novembro de 2015, não contempla a criação de um Serviço de Cirurgia Cardiorádica no Centro Hospitalar do Algarve. O centro mais próximo encontra-se em Lisboa, a 300 quilómetros de distância. O Centro Hospitalar do Algarve faz parte da rede de referência no tratamento do enfarte agudo do miocárdio, recebendo doentes de



Fl. 161v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

todo o Algarve e dos concelhos limítrofes do Baixo Alentejo. É o ponto de referência mais importante do sul do País, com o maior número de angioplastias primárias por milhão de habitantes. O Algarve, com uma população de 450 mil habitantes, que nos meses de Verão triplica, encaminha mais de 500 doentes por ano para Cirurgia Cardiorácica, o que já teve como consequência a morte de doentes das regiões do Algarve e do Baixo Alentejo, possivelmente, por falta de intervenção cirúrgica atempada. Pelo exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 28 de novembro de 2016, delibere: 1 - Exigir do Governo que a Rede de Referência Hospitalar de Cardiologia, aprovada recentemente, contemple a criação de um Serviço de Cirurgia Cardiorácica no Centro Hospitalar do Algarve; para que se garanta uma assistência adequada aos doentes do Algarve e do Baixo Alentejo; 2 - Dar conhecimento desta deliberação ao Governo e à comunicação social.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) anunciou o voto a favor na Moção no entanto chamou à atenção do Grupo Municipal da CDU no sentido de moderar a linguagem nos documentos apresentados, nomeadamente quando utiliza a palavra “exigir”.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) referiu que a parte da Moção que diz “o que já teve como consequência a morte de doentes das regiões do Algarve e do Baixo Alentejo, possivelmente, por falta de intervenção cirúrgica atempada”, pode levantar dúvidas pelo que deveria ser esta parte do documento reformulada. Anunciou o voto a favor do Grupo Municipal LCF.-----

-----A Sra. Sónia Melo (PS) disse que o Grupo Municipal do PS ia votar contra a Moção da CDU, por considerar que as unidades de Cirurgia Cardiorácica existentes no País dão resposta às necessidades. Referiu que o Serviço em causa tem muitas exigências e não é, infelizmente, para uma Região com cerca de 500 mil habitantes.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) no seguimento da intervenção do Sr. Carlos Glória, anunciou a retirada da frase mencionada, da Moção.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse compreender a argumentação do Grupo Municipal do PS, no entanto chamou à atenção para o facto da população do Algarve duplicar e mesmo triplicar, em muitas alturas do ano, acrescentando que este Serviço servir, igualmente, o Baixo Alentejo.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que é correto tentar-se ajudar todos e cada um, pelo que a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, faz todo o sentido, apesar de ter a noção de que a pretensão dificilmente será cumprida.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	3	1	1	13
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	12	0	0	0	0	0	12



-----**DELIBERAÇÃO N.º 106/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por maioria, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A Rede de Referência Hospitalar de Cardiologia, aprovada por despacho do Ministro da Saúde de 2 de novembro de 2015, não contempla a criação de um Serviço de Cirurgia Cardiorácica no Centro Hospitalar do Algarve. O centro mais próximo encontra-se em Lisboa, a 300 quilómetros de distância. O Centro Hospitalar do Algarve faz parte da rede de referência no tratamento do enfarte agudo do miocárdio, recebendo doentes de todo o Algarve e dos concelhos limítrofes do Baixo Alentejo. É o ponto de referência mais importante do sul do País, com o maior número de angioplastias primárias por milhão de habitantes. O Algarve, com uma população de 450 mil habitantes, que nos meses de Verão triplica, encaminha mais de 500 doentes por ano para Cirurgia Cardiorácica. Pelo exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 28 de novembro de 2016, delibere: 1 - Exigir do Governo que a Rede de Referência Hospitalar de Cardiologia, aprovada recentemente, contemple a criação de um Serviço de Cirurgia Cardiorácica no Centro Hospitalar do Algarve; para que se garanta uma assistência adequada aos doentes do Algarve e do Baixo Alentejo; 2 - Dar conhecimento desta deliberação ao Governo e à comunicação social.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Há muito tempo que, no País, o setor do táxi enfrenta dificuldades, como nas áreas da fiscalidade, do transporte de crianças, do transporte de doentes, da regulamentação da formação dos condutores e agora está confrontado com a concorrência desleal e ilegal de algumas multinacionais. Ora a Constituição da República, no n.º 1 do Artigo 3.º, determina o princípio da igualdade, “**TODOS OS CIDADÃOS TÊM A MESMA DIGNIDADE SOCIAL E SÃO IGUAIS PERANTE A LEI**”. Este princípio está a ser violado com a operação, até agora sem respeito por quaisquer regras por parte de multinacionais que pretendem o monopólio desta atividade, sem respeito pela Lei que determina as exigências feitas ao setor do táxi, como são o licenciamento e o acesso à atividade, as características dos veículos, os contingentes, a formação e certificação dos condutores, os preços e tarifas, etc. O transporte remunerado de passageiros em táxi, é uma atividade económica estratégica, que, de acordo com a Lei em vigor, em Lagos tem sido regulada pela Câmara Municipal, que é quem licencia essa atividade e determina os contingentes e sua localização. O Governo pretende agora retirar essa competência às Câmaras Municipais dando abertura à existência de novas realidades ainda não sujeitas a licenciamento nem a qualquer contingente, num processo que, na prática, implicará o fim da regulação municipal. Não podemos ignorar as novas realidades do transporte remunerado de passageiros, mas estas devem ter o devido enquadramento legal. É esta medida do Governo que motiva o atual conflito entre o sector dos táxis e o Governo (um conflito que só na aparência tem alguma coisa a ver com plataformas tecnológicas) em torno do Decreto-Lei que regulamenta o sector dos transportes de passageiros, atualmente em discussão. Face a esta situação, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 28 de novembro de 2016, delibere: 1 - Saudar os profissionais do setor do



Fl. 162v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

táxi, motoristas por conta própria, pequenos industriais, cooperativas, as organizações representativas, pelo seu trabalho e resistência na luta em defesa de um sector fundamental no sistema de transporte de passageiros; 2 - Exigir ao Governo que não retire às Autarquias o direito que têm a determinar e licenciar os contingentes para o transporte remunerado de passageiros em viatura ligeira. 3 - Exigir que o Governo encontre o equilíbrio legal no respeito pela Constituição da República, entre as formas tradicionais dos táxis e as novas realidades de transporte remunerado de passageiros. 4 - Dar conhecimento desta deliberação ao Governo, ao sector dos táxis local e nacional e à comunicação social.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	0	3	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	5	3	0	1	1	10
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 107/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.--

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “ O Projeto de Resolução n.º 72/2016 apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, deu origem à Resolução n.º 61/2016 aprovada no dia 23 de março de 2016 e publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 68, de 7 de abril de 2016, recomendando ao Governo que: 1 - Adote as medidas necessárias para que as obras de requalificação da Estrada Nacional 125 (EN 125) abrangidas pelo contrato da subconcessão Algarve Litoral sejam concluídas rapidamente; 2 - Incumba a empresa Infraestruturas de Portugal, S. A., que deve ser dotada dos meios adequados, de proceder ao lançamento e rápida conclusão de todas as obras inicialmente previstas para a EN 125, incluindo as variantes, nomeadamente a de Odiáxere, e as estradas de acesso/ligação, que não estão abrangidas pela subconcessão Algarve Litoral; 3 - Proceda à renegociação do contrato da subconcessão Algarve Litoral, de modo a reduzir a taxa interna de rentabilidade da subconcessionária, garantindo, por essa via, uma diminuição dos encargos do Estado ao longo da vida da subconcessão. Decorridos 8 meses desde a aprovação da Resolução n.º 61/2016 da Assembleia da República, verifica-se que as referidas obras na EN 125 há meses que estão paradas e não há conhecimento do cumprimento efetivo desta Resolução, nem que medidas foram adotadas ou irão ainda ser adotadas pelo Governo para que as obras de requalificação da EN 125, abrangidas pelo contrato da subconcessão Algarve Litoral e pela referida Resolução, sejam rapidamente reiniciadas e concluídas. Perante esta inaceitável e incompreensível situação, conduzindo a graves problemas para os cidadãos residentes e visitantes e para as empresas com atividade no Algarve, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 28 de novembro de 2016, delibere: 1 - Exigir do Governo o imediato cumprimento da Resolução n.º 61/2016 da Assembleia da República, de forma a rapidamente reiniciar



e concluir as obras na EN125; 2 - Dar conhecimento desta deliberação ao Governo e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que considerar a palavra “exigir” muito agressiva pelo que a mesma deveria ser substituída. Terminou anunciado o voto a favor do Grupo Municipal LCF, na Moção em apreciação.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL), concordando com o mencionado pelo Sr. Jorge Ferreira, anunciou, igualmente o voto a favor na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que esta é a maneira que o Grupo Municipal da CDU tem de escrever.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que, no futuro, poderá não estar tão à vontade para votar a favor de um documento que “exija” algo.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 108/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Carlos Glória (LCF): “De facto nós acabamos por votar a favor, mas a proposta é da CDU, mas a aprovação é da Assembleia, como tal vincula a Assembleia e sendo esta vinculação, e neste caso até unanime, não vejo porque não poderiam ter alterado, neste caso, a palavra “exigir”.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A eletrificação da Linha do Algarve – há muito prometida, mas sempre adiada – permitiria uma maior frequência dos comboios, mais conforto para os passageiros e a oferta de horários mais adequados às necessidades dos utentes, mas o enorme potencial do transporte ferroviário na região algarvia, não está a ser aproveitado. Ora em 2015, a Linha Ferroviária do Algarve já registou, no tráfego regional, cerca de 1,7 milhões de passageiros, mas de acordo com a CP, a eletrificação da linha e a utilização de melhor material circulante, permitiria aumentar o número de passageiros para 3 milhões por ano, com grande e decisivo efeito no desenvolvimento e melhoria das condições de vida e de trabalho tanto para a população residente como para as empresas com atividade na região e, muito particularmente em Lagos e no Algarve em geral, para o progresso na oferta turística. Além disso, mesmo antes da concretização da eletrificação, seria possível aumentar a frequência dos comboios na Linha do Algarve e proporcionar aos utentes horários mais adequados, desde que fossem colocadas ao serviço mais automotoras e aumentado o número de carruagens por comboio, nos horários com maior afluência. Por exemplo, esta situação afeta grandemente os estudantes de Lagos que frequentam os cursos noturnos em Portimão do Polo da Universidade do Algarve com 168 estudantes e do ISMAT, com 30 estudantes, números relativos ao ano letivo de 2015/2016, onde as aulas terminam às 23,30 horas e o último comboio de Portimão para Lagos é às 21,43 horas. Efetivamente, as automotoras usadas na Linha do Algarve (Unidades Duplas Diesel série 450) permitem o acoplamento de duas unidades, perfazendo 3 ou 4 carruagens, em vez das atuais duas. Seria ainda possível criar ligações diretas entre Lagos e Vila Real de Santo António e vice-versa.



Fl. 163v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Refere-se igualmente que o sistema Rádio Solo-Comboio apenas existente entre Tunes e Faro deverá ser instalado nos troços Lagos-Tunes e Faro-Vila Real de Santo António, representando grande melhoria na segurança e eficácia na linha ferroviária do Algarve, pela possibilidade de comunicação entre os comboios, as estações e o agente regulador da circulação. Na Linha do Algarve verifica-se ainda uma carência acentuada de maquinistas e revisores, pois desde 1997 que não há admissão de trabalhadores nestas categorias, o que tem conduzido à supressão de comboios e à sobrecarga de trabalho. Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 28 de novembro de 2016, delibere: 1 - Reclamar do Governo o início urgente da eletrificação da Linha do Algarve nos troços Lagos-Tunes e Faro-Vila Real de Santo António; 2 - Reclamar da CP, mesmo antes da eletrificação destes troços da linha: a) horários mais adequados, colocando ao serviço mais automotoras e aumentando o número de carruagens por comboio nos horários com maior afluência; b) criação de ligações diretas entre Lagos e Vila Real de Santo António e vice-versa; c) instalação do sistema Rádio Solo-Comboio nos troços Lagos-Tunes e Faro - Vila Real de Santo António; d) adequação do contingente de maquinistas e revisores ao serviço na linha do Algarve.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que todo o documento está ótimo, pelo que anunciou o voto a favor.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o reclamar ou exigir tem a ver com o grau do assunto.-----

-----O Sr. Paulo Morais (PS) disse concordar com a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU e referiu que a ligação ferroviária ao aeroporto de Faro é importante, assim como a ligação a outros locais do Algarve.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 109/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Constatando o PSD que o Governo, através da proposta de Orçamento de Estado para 2017, se propõe aumentar a carga fiscal que incide sobre o setor do Alojamento Local, e considerando que: - A quase totalidade dos empresários algarvios que desenvolvem a atividade de “alojamento local” são pequenos empresários, pelo que declaram uma faturação anual inferior a duzentos mil euros por ano (€ 200.000,00), e irão por essa via verem aumentar significativamente os seus custos de estrutura, o que acabará por conduzir ao inevitável aumento dos preços a praticar, com a conseqüente perda de competitividade, a qual para ser atenuada ou não refletida nos preços levará à diminuição do emprego ou ao aumento da economia paralela. - O atual regime de tributação do alojamento local, em vigor desde 2014, contribuiu de modo significativo para diminuir a economia informal; melhorar a qualidade da oferta turística, através da reabilitação urbana e da observância de normas de segurança e higiene; aumentar, direta e indiretamente, as receitas fiscais; e diminuir a taxa de desemprego no Algarve. - Mais de metade dos 34.000 registos de alojamento local do



País se reportam a imóveis existentes no Algarve, região que em dois anos subiu de 5.000 para quase 20.000 unidades, e que a alteração súbita da fiscalidade aplicável poderá fazer perigar muitos dos milhares de investimentos que foram efetuados nesse domínio, que ainda estão a ser amortizados, e assim atirar novamente para o desemprego de longa duração largas centenas de pessoas. - A duplicação prevista para o imposto é um convite ao desinvestimento e ao regresso desses microempresários à economia informal, com a consequente diminuição das receitas em impostos que o Governo, por esta via, se propõe alcançar. - Ao alojamento local vai ser cobrado um adicional ao IMI, porquanto ao contrário de outras atividades com fins produtivos ou turísticos não foi estabelecida isenção para este setor, sendo que os agentes económicos terão que integrar mais essa despesa na sua estrutura de custos, pelo que um agravamento em sede de IRS/IRC poderá se tornar incomportável para o setor. Pelo exposto, e ainda atendendo a que no programa eleitoral com que PS se apresentou às eleições legislativas, de outubro de 2015, e que nos programas eleitorais do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV), as quais suportam parlamentarmente o XXI Governo Constitucional, os mesmos propuseram a diminuição da carga fiscal que direta e/ou indiretamente incide sobre os cidadãos e os pequenos empresários, os eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal propõem que seja enviada ao XXI Governo Constitucional o teor desta moção, e disso dado conhecimento a todos os Grupos Parlamentares, solicitando a necessidade de o Orçamento de Estado para o ano de 2017, não incluir nenhuma alteração ou autorização legislativa para que o Governo legisle no sentido de aumentar a carga fiscal que incide sobre o setor do Alojamento Local.”-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) perguntou se o PSD se referia ao coeficiente do regime simplificado, quando fala no aumento do IRS/IRC, uma vez que vai verificar-se aumento para quem tem regime simplificado, mas o mesmo não se verifica para quem tem contabilidade organizada. Disse que estava prevista a diminuição do pagamento especial por conta.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a questão do Alojamento Local deve ser melhor regulamentada, com uma legislação mais clara, envolvendo a questão fiscal. Referiu ter dúvidas relativamente ao documento apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, uma vez que o mesmo não é bem explícito, pelo que solicitou mais esclarecimentos.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que as medidas que estão previstas tomar relativamente ao assunto, vão ser uma afronta a quem investiu no Alojamento Local, uma vez que primeiro foi incentivada a legalização do mesmo e depois aumento os impostos relacionados. Referiu que por um lado foram recuperadas habitações que estavam degradadas, e depois penaliza-se quem fez tal investimento. Anunciou o voto a favor na Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que existem muitas famílias que dependem do rendimento do Alojamento Local para subsistirem, só que depois do incentivo à legalização, vai ser aumentada a carga fiscal sobre o mesmo.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que em termos de Orçamento do Estado, ainda não havia posição final sobre o assunto, uma vez que o mesmo ainda não



Fl. 164v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

estava aprovado, sendo que o que for decidido nesta reunião, já não ia a tempo de alterar o Orçamento do Estado. Informou que o Grupo Municipal da CDU iria votar contra.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse ter algumas dúvidas sobre o assunto, pelo que se iria abster. Referiu que o aparecimento do Alojamento Local, de alguma maneira, desertifica os centros das cidades e está a fazer com que o preço das casas estejam a aumentar, pelo que se calhar as medidas anunciadas serão para travar todas estas situações.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que o princípio da legislação do Alojamento Local é de que o mesmo se trata de um alojamento temporário e isso não pode ser comparado ao regime de arrendamento, uma vez que se tratam de situações completamente diferentes. Referiu que têm que ser criadas leis que perdurem no tempo e não se legisle conforme a cor do Partido que estiver a governar, para que as pessoas criem confiança e possam investir.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) lembrou que o arrendamento tem uma estrutura de custo que não é comparável com a do alojamento local.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que se Governo considera que o Alojamento Local é concorrência ao regime de arrendamento, não é aumentar os impostos sobre o Alojamento Local que vai resolver a situação.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	5	3	0	1	0	21
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	3	0	0	3

-----DELIBERAÇÃO N.º 110/AM/2016:

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.---

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Constatando o PSD que o Governo, através da proposta de Orçamento de Estado para 2017 e do anúncio público efetuado pelo Ministro da Saúde, se propõe “abandonar” a proposta de construção de um novo hospital no Algarve, na tipologia de Hospital Central, com as valências a que os mesmos estão associados, e considerando que: - A construção do novo Hospital Central do Algarve é uma obra consensual em todos sectores da vida social, económica e política algarvia. - Existe um estudo técnico, de 2006, mandado elaborar pelo Governo, então liderado por José Sócrates, para avaliar e decidir sobre as prioridades de novos hospitais, que tinha considerado o Algarve como a segunda prioridade a nível nacional. E que não existe um outro estudo que indique que esse nível prioridade tenha deixado de se verificar ou tenha sido alterado. - Existe um terreno para o efeito, disponibilizado pelos Municípios de Loulé e de Faro, localizado no designado “Parques das Cidades”, o qual possui as infraestruturas de saneamento básicas necessárias e as acessibilidades adequadas para esse fim, porquanto possui ligação direta à A22 (Via do Infante), e ainda porque lá se encontra



instalado, em pleno funcionamento, o Laboratório Regional de Saúde Pública e do Sangue do Algarve. - O Governo do PS anunciou a construção de três novos hospitais no País – Lisboa, Seixal e Évora – pelo que os constrangimentos financeiros que até agora existiam para se avançar para a edificação de novas infraestruturas de saúde já não se verificam. - E que o Hospital de Faro, o Hospital de Portimão e o Hospital de Lagos, unidades hospitalares que constituem o Centro Hospitalar do Algarve (CHA), se encontram obsoletos e possuem limitações estruturais que dificultam a criação das condições adequadas à implementação de todas as valências que um hospital central deve possuir, nomeadamente no que respeita à implementação de determinados avanços científicos e tecnológicos. Pelo exposto, e ainda atendendo a que no programa eleitoral com que PS se apresentou às eleições legislativas, de outubro de 2015, e que nos programas eleitorais do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV), as quais suportam parlamentarmente o XXI Governo Constitucional, que neste domínio defendem a construção do novo Hospital Central do Algarve, os eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal propõem que seja enviada ao XXI Governo Constitucional o teor desta Moção, e disso dado conhecimento a todos os Grupos Parlamentares, solicitando a necessidade de inclusão no Orçamento de Estado para o ano de 2017, de uma rubrica específica que permita avançar, ainda no decorrer do próximo ano, no sentido de se iniciar a construção do novo Hospital Central do Algarve.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) solicitou informação sobre o facto do Governo, através da proposta de Orçamento de Estado para 2017 e do anúncio público efetuado pelo Ministro da Saúde, propor “abandonar” a proposta de construção de um novo hospital no Algarve, conforme refere a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que no tempo do Governo do Eng. José Sócrates, tinha sido feito um estudo sobre prioridades referentes a construção de novos hospitais, sendo que o mesmo indicava que as quatro prioridades eram Lisboa, Algarve, Seixal e Évora, só que no Orçamento do Estado para 2017, a construção do Hospital do Algarve deixou de constar, tendo o Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Cristóvão Norte, questionado o Governo sobre tal facto, mas não obteve resposta.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) anunciou o voto favorável no Grupo Municipal do PS na Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. Lamentou o facto do Grupo Municipal do PSD nunca ter apresentado uma Moção idêntica no tempo do Governo PSD.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que ao ler a Moção tinha ficado admirado com o facto de ser o Grupo Municipal do PSD a apresentar tal documento. Referiu que finalmente o PSD se tinha apercebido da dificuldade das pessoas e dos problemas relacionados com a saúde. Afirmou que desde o 25 de Abril de 1974 nenhum Governo fez tal mal à saúde, como o fez o último Governo do PSD/CDS.-

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que quem não tem dinheiro não tem vícios, sendo que o PSD tinha herdado um País na banca rota, tinha que cortar nas despesas.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que se o PSD tivesse construído o Hospital, esta



Fl. 165v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

discussão não estava a ser feita.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU ia votar contra a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, por estar contra processos demagógicos e enganadores.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse não ter percebido bem a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, uma vez que não lhe parecia boa ideia centralizar os serviços hospitalares do Algarve num Hospital Central.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a posição da CDU demonstra que a decisão do Governo inclusa no Orçamento do Estado não foi técnica, mas sim política, pois por coincidência vão ser feitos hospitais em zonas em que a CDU preside muitas Câmaras Municipais, o que pode ser levado a pensar-se que será uma contrapartida para aprovação do Orçamento do Estado por parte da CDU.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a luta pela construção do Hospital Central do Algarve já tem muitos anos, sendo que o anterior Governo nada fez no sentido dessa construção, pelo que considera não ser séria a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. Referiu que as prioridades podem ter sido alteradas, mas todos continuam a defender que é necessário construir um Hospital Central no Algarve.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	5	0	0	0	0	17
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	1	1	5
VOTOS CONTRA	0	0	0	3	0	0	3

-----**DELIBERAÇÃO N.º 111/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.---

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Em 17 de novembro de 1989, o Clube de Vela de Lagos, CVL, enviou carta ao Ayuntamiento de Palos de la Frontera, propondo a instituição e organização conjunta duma regata de veleiros de cruzeiro unindo as duas cidades dos Descobrimentos Marítimos, cuja ideia e objetivos vincavam o estabelecimento de “as mais cordiais relações desportivas e culturais que assim pensamos poder iniciar entre as nossas Cidades”. O Ayuntamiento respondeu em 19 de fevereiro de 1990, muito recetivo à proposta, e convidando o CVL para visita a Palos e reunião no Ayuntamiento em 16 de março de 1990. Uma delegação do CVL, constituída pelo comodoro João Jacinto e os associados Joaquim Marreiros, José Henrique Martins e José Veloso, portadora de um ofício da Câmara Municipal de Lagos, CML, endereçado ao Ayuntamiento de Palos de la Frontera, declarando o apoio à iniciativa, com “o desejo de estreitamento das relações de amizade entre os dois Municípios”. A delegação foi recebida no Ayuntamiento pela Alcaldesa e na reunião que se seguiu foi acordada a instituição da REGATA DOS PORTOS DOS DESCOBRIMENTOS Lagos - Palos de la Frontera, em organização conjunta, com periodicidade anual e largada alternada nas duas cidades, sendo a primeira edição em



julho de 1990. Foram ainda decididos todos os assuntos relacionados com a organização técnica da regata, júris, classes de embarcações, prémios, encargos financeiros, assim como a divulgação e promoção da regata. A divulgação oficial da instituição da regata seria feita, em Lagos por Comunicado de Imprensa do CVL e em Palos de la Frontera pela Alcaldesa em Conferência de Imprensa, onde veio a afirmar que “la competición há nascido com la idea de armar aún mas las antiguas relaciones entre la gente de la mar hispano-lusa”. Uma vez assim, bem estabelecido que os objetivos da iniciativa do CVL e as intenções tanto da CML como do Ayuntamiento iam muito além da faceta puramente desportiva, foram iniciados em ambas as cidades contactos para a sua concretização, que evoluíram até à manifestação da vontade mútua de atingir o grau superior da geminação entre os dois Municípios. Assim, neste sentido: 1 - Foi constituída em Lagos a Comissão da Câmara Municipal para a Geminação de Lagos com Palos de la Frontera, formada pelos vereadores José Manuel Freire, Mário Hélder da Silva e Silvestre Ferro, secretariados por Joaquim Marreiros; 2 - Foi estabelecido pelas Comissões das duas cidades um Calendário/Protocolo para a geminação; 3 - A Comissão de Lagos organizou uma exposição monográfica de Lagos e do seu Concelho, que ficou patente durante duas semanas em Palos de la Frontera, integrada nas festividades do Dia da Cidade; 4 - Foi elaborado e distribuído um impresso programa dos atos da geminação, para conhecimento e mobilização da população em geral; 5 - A abertura do programa teve lugar em Lagos com a presença de uma comitiva de Palos de la Frontera dirigida pela Alcaldesa e deposição simbólica de coroa de flores junto da estátua de Gil Eanes, seguindo-se a inauguração de exposição sobre Palos de la Frontera; 6 - No dia seguinte, 16 de julho de 1992, teve lugar o início da III Regata dos Portos dos Descobrimentos, antecedida por jantar-volante a todos os velejadores e convidados; 7 - Acompanhando a regata, seguiu a bordo da escuna “isaura” uma Embaixada Escolar de Lagos, composta por alunos das Escolas Secundárias Júlio Dantas e Gil Eanes; 8 - No dia 19 de julho, os atos da geminação iniciaram-se com a distribuição de prémios da regata no claustro do Convento de La Rábida em Palos de la Frontera, e à tarde decorreu, ao ar livre na Praça do Ayuntamiento, a Cerimónia Solene pública da Geminação; 9 - Procedeu-se em seguida ao descerramento em Palos de la Frontera do painel toponímico da Rua Lagos; 10 - Foi editada e distribuída em Lagos a brochura “LAGOS-PALOS DE LA FRONTERA”, informando sobre os atos da geminação em Palos de la Frontera; 11 - Em 21 de outubro de 1992, já no âmbito dos atos da geminação que iriam ter lugar em Lagos, as Escolas Secundárias de Palos de la Frontera visitaram as suas congéneres em Lagos; 12 - No dia 27 de outubro de 1992, Dia da Cidade do Município de Lagos, em cerimónia pública ao ar livre na Praça Gil Eanes, o Presidente da Câmara Municipal de Lagos José Valentim Rosado e a Alcaldesa de Palos de la Frontera Pilar Pulgar, leram o Juramento e assinaram o Documento da Geminação; 13 - De seguida, a comitiva luso-espanhola procedeu à cerimónia de descerramento da lápide comemorativa dando o nome de Palos de la Frontera a uma rua de Lagos; 14 - Lagos, em Portugal e Palos de la Frontera, em Espanha, passaram a ser Municípios geminados. Em 2017 cumprindo-se 25 anos sobre os atos da



Fl. 166v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

geminção de Lagos e Palos de la Frontera, compete-nos retomar as intenções e objetivos assinados no Solene Compromisso do Juramento de Geminção: “Manter laços permanentes entre os Municípios de favorecer o intercâmbio entre os seus habitantes em todos os campos. Para desenvolver, através da compreensão mútua o sentimento vivo de fraternidade europeia e da solidariedade universal, de conjugar os nossos esforços para contribuir, na medida das nossas possibilidades, para o êxito desta necessária tarefa de paz e prosperidade.” Os eleitos da CDU, conscientes da responsabilidade deste documento e do vasto âmbito do seu significado, propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 28 de novembro de 2016, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos: 1 - Dar novo impulso e concretização do Solene Compromisso assumido no Juramento da Geminção de Lagos e Palos de la Frontera; 2 - Promover a criação de uma Comissão Conjunta entre as duas cidades, para comemoração do 25.º aniversário da geminção de Lagos e Palos de la Frontera; 3 - Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU prova que no léxico da CDU há mais verbos para além do “exigir”. Anunciou o seu voto a favor.-----

-----O Sr. Paulo Morais (PS) disse que Lagos tem outras geminções pelo que seria interessante dinamizar todas elas.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) saudou o Grupo Municipal da CDU pelo facto de ter trazido o presente assunto à Assembleia Municipal. Disse concordar com a sugestão feita pelo Sr. Paulo Morais.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que nenhuma geminção de Lagos com outro Município teve o enquadramento que esta teve, e como parece estar o processo parado, é recomendado a revitalização do mesmo.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

DELIBERAÇÃO N.º 112/AM/2016:

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 22 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 46 minutos.-----

APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Alteração à Ordem do Dia, apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal, na sequência de uma solicitação da Câmara Municipal: “Introdução de 1 Ponto na Ordem do Dia, ao abrigo do n.º 2 do Artigo 50.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais: - Apreciação e votação da proposta de Contrato-Programa para a Promoção e Gestão de Equipamentos Desportivos e Prestação de Serviços na área do Desporto, a celebrar entre o Município de Lagos e Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva, EM, S. A.. Este Ponto passa a ser o Ponto 6 da Ordem do Dia.”-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, justificou o



pedido de inclusão de mais um Ponto na Ordem do Dia da presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que ambas as partes sabem que os contratos têm prazos pelo que tudo deveria estar preparado a tempo e horas. Referiu que a Sra. Presidente da Câmara Municipal a toda a hora refere-se aos funcionários da Câmara Municipal como sendo funcionários de excelência, mas tal é uma inverdade. Disse que só a falta de cuidado, de zelo e de atenção às questões, seja por parte da direção política, seja por parte do setor administrativo, que é gerido pela parte política, leva a esta situação de à última da hora tratarem dos assuntos. Referiu que não concordava com a inclusão do Ponto na Ordem do Dia.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse ter opinião contrária à demonstrada pelo Sr. Jorge Ferreira. Perguntou se para que o Ponto fosse introduzido na Ordem do Dia era necessário verificar-se unanimidade por parte da Assembleia Municipal.---

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou que não carecia de unanimidade, por parte da Assembleia Municipal para que o assunto fosse introduzido na Ordem do Dia da presente Sessão.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) solicitou ao Sr. Presidente da Mesa que justificasse a informação prestada, uma vez que o Regimento da Assembleia Municipal, na sua opinião, contraria a opinião do Sr. Presidente da Mesa.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), justificou a sua informação com o n.º 2 do Artigo 50.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e com o Artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal, que dizem que, resumidamente, que em Sessões Ordinárias, desde que pelo menos dois terços do número legal dos Membros da Assembleia Municipal reconheçam urgência em deliberar sobre assuntos, os mesmos podem ser introduzidos na Ordem do Dia. Dirigindo-se ao Sr. Jorge Ferreira, disse que seria bom que este reconhecesse a sua ignorância sobre esta matéria.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou se o assunto em causa seria para introduzir como último Ponto da Ordem do Dia.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), esclareceu que seria introduzido o assunto como último Ponto da Ordem do Dia.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Proposta de Alteração à Ordem do Dia, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	5	2	3	1	1	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	1	0	0	0	1

-----**DELIBERAÇÃO N.º 113/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta de Alteração à Ordem do Dia apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Nós votamos a favor da inclusão, dada as datas anunciadas que estavam para a renovação do contrato, mas não deixamos de dar razão à argumentação de que isto devia vir



Fl. 167v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

com muito mais tempo, porque já se sabia que o contrato ia acabar, e portanto damos razão a essa argumentação e chamamos à atenção da Câmara para que, mais uma vez, este tipo de situações não se repitam.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que este tinha conseguido uma vitória com a integração do Ponto na Ordem do Dia, mas esta vitória era sem razão porque não havia nenhum fator de urgência que justificasse a introdução do assunto como Ponto da ordem do Dia da presente Sessão. Disse que a questão era falta de competência por parte da Câmara Municipal. Terminou dizendo que não havia necessidade do Sr. Presidente da Mesa o ter chamado ignorante.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), pediu desculpa ao Sr. Jorge Ferreira pelas suas anteriores palavra, mas apenas o estava a chamar à atenção relativamente ao seu desconhecimento da Lei e do Regimento da Assembleia municipal, relativamente à questão em causa.-----

-----Posto isto, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 114/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Não participou nesta votação, por se encontrar ausente da Sala, o Sr. Nuno Marreiros (PS) (Secretário da Junta de Freguesia da Luz).-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-584-27.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto. Aproveitou para informar que as relações com outros Municípios geminados com o de Lagos, estiveram um pouco paradas nos últimos anos, por dificuldades financeiras.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) relativamente aos problemas verificados com o abastecimento de água a Bensafrim, perguntou quias as soluções encontradas pelos Serviços da Câmara Municipal, no sentido de minimizar o problema no imediato e para resolver o mesmo de forma definitiva.-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou o porquê do assunto que foi introduzido na Ordem do Dia, só ter sido incluído neste momento. Disse que o Grupo Municipal do BE tinha solicitado à Câmara Municipal, através de Requerimento enviado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, listagem de compensações não executadas, mas até à data não tinham sido recetores de tal listagem. Solicitou explicação sobre o facto de ter recebido, em dois meses consecutivos, faturas de água com o mesmo consumo, mas com diferença no total a pagar, de cerca de dois euros. Informou que a proposta do BE na Assembleia da República, para eliminação das portagens na Via do Infante, tinha sido rejeitada com votos contra do PS, abstenção do PSD e CDS e a favor do BE e do PCP, sendo que a abstenção viabilizou o chumbo da proposta.---



-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que aquando da elaboração da Recomendação sobre as geminações, o Grupo Municipal da CDU ainda não tinha sido recebedora da Informação da Sra. Presidente à Assembleia Municipal. Relativamente à renovação que a escola, que passará a ser denominada como Sofia de Mello Breyner, está a ser alvo, perguntou se a escola depois de intervencionada, passaria a ter painéis solares. Sobre o Orçamento Participativo, disse que a participação dos Municípes no presente ano tinha sido bem menor do que a do ano transato, pelo que perguntou que análise fazia a Câmara Municipal relativamente a este facto. Sobre o novo sistema de gestão de documentação anunciado na Informação da Sra. Presidente, perguntou se o mesmo tinha um sistema que permitia dar uma respostas mais célere aos Requerimentos da Assembleia Municipal, tendo aproveitado para lembrar que estão muitas respostas atrasadas, relativamente a Requerimentos da Assembleia Municipal. Sobre a intervenção na Ponta da Piedade, solicitou informação.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) referiu que não percebia o porquê de uma situação jurídica com um funcionário que já faleceu, continua a estar por resolver. Relativamente à participação da Câmara Municipal no encontro nacional dos Municípios com Centro Histórico, perguntou se existia documentação para o encontro e para o caso de haver se havia a possibilidade de remeter cópia para a Assembleia Municipal. Perguntou a que se referia uma aquisição de serviços mencionada na Informação relativamente à fase 1 da intervenção na zona de S. Sebastião. Saudou a referência na Informação relativamente à pavimentação dos arruamentos das Colinas Verdes, perguntando se estava previsto mais algum investimento para a zona. Solicitou informação relativamente à situação colocada pelo Municípes José Lourenço e Náutilo Lourenço, relativamente a uma situação verificada no Bairro da Abrótea.-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou para quando o reinício das obras na EN 125.-

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) referindo-se à reunião que a Câmara Municipal teve com a Sra. Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna, sobre a nova geração de contratos locais, solicitou mais informação. Questionou sobre o ponto da situação sobre as obras para a realocização da GNR de Lagos no Chinicato. Pergunto em que ponto de situação estava o concurso para contratação de funcionários para a Câmara Municipal. Solicitou esclarecimentos sobre as empreitadas de requalificação de pavimentos e infraestruturas de águas e esgotos no centro histórico de lagos - 2.ª fase e de reabilitação dos descarregadores de tempestades de rede de esgotos unitária da cidade de Lagos. Congratulou a Câmara por ter lançado várias empreitadas para repavimentação de diversas artérias do Concelho. Solicitou mais informação sobre a intervenção que está prevista para a rotunda de S. João e sobre o programa das festas de Natal e Ano Novo. Destacou a recuperação financeira da Câmara Municipal e o lançamento de diversas obras no Concelho, contrariando assim aqueles que dizem não haver investimento no Concelho. Referenciou o destaque que a Câmara Municipal está a dar aos atletas lacobrigenses que tem ganho título a nível nacional e internacional. Destacou ainda a boa iluminação de Natal.-----



Fl. 168v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) solicitou informação sobre a intenção da Câmara Municipal pagar o PAEL com recurso a um empréstimo bancário. Sobre as geminações disse que as mesmas têm que ser revitalizadas, uma vez que não têm tido expressão. Disse que a Câmara Municipal continua a falar com entusiasmo das acessibilidades, mas na prática nada se vê, assim como fala da recuperação urbana e das questões das alterações climáticas, mas na prática nada se sabe. Referiu que a Ponta da Piedade há muito que necessitava de uma reabilitação. Sobre o empreendedorismo disse estranhar o foco que a Câmara municipal coloca no mesmo quando este é um assunto mais ligado aos privados. Referiu que as receitas arrecadadas com a cobrança de água são elevadas, pelo que não compreendia o porquê da rede de água e saneamento não ser renovada, evitando assim problemas maiores e soluções de recurso. Terminou dizendo que a Câmara Municipal gasta mais dinheiro a manter a máquina administrativa do que nos investimentos que as pessoas necessitam.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) proferiu a seguinte intervenção: “Antes de começarmos, Sra. Presidente, queremos informar que sobre a intervenção do Sr. Náutilo Santos Fernandes Lourenço, relativa à demolição do seu logradouro, que nesta matéria não temos memória do que se passou em 1984, sobre um projeto de 1970, pelo que não podemos colaborar na solução da respetiva queixa. Sra. Presidente, ao fim de três anos de leitura da sua Informação, Sra. Presidente, e depois de algumas nossas críticas sobre o modelo que adotou, a conclusão a que a TSL chega é que esta Informação se encontra em linha, para plagiar a linguagem do anterior governo, com a metodologia que escolheu. E não seria justo para a TSL não começar por reconhecer esse facto e dele partir para a nossa, ainda que limitada a dois temas. Se é competência legal e obrigação política da Sra. Presidente fazer a esta AM uma informação periódica sobre a atividade municipal e a situação financeira do Município, é nosso dever político e nossa competência legal abordar assuntos ou matérias que, por razões temporais ou opções técnicas, não constem da Informação da Sra. Presidente. Mas, antes, a TSL não pode deixar de continuar a solicitar atenção da Sra. Presidente para a ausência de referências à ligação à AM e aos seus pedidos de informação. Como se pode ler na informação prestada pelos serviços internos da AM há, neste momento, ainda há 28 pedidos por responder. Depois desta breve relembração, a TSL vai resumir a sua intervenção a dois assuntos que reputa de importância, e que, pelos motivos acima referidos, não constam no texto a Sra. Presidente; o primeiro, por razões temporais, a comemoração e o tema da celebração do aniversário da morte do Infante; o segundo, por opções técnicas, situa-se no âmbito da justiça social política a que os governantes se obrigam perante os governados, analisado a partir da fatura municipal da água. Não sabíamos que este assunto, o da água, iria ser levantado no período da intervenção do público e por outros membros da AM. O nosso texto já estava escrito e vamos mantê-lo. Celebração do aniversário da morte do Infante. Dois momentos altos dessa comemoração do 13 de Novembro de 2016: um, a participação das três autarquias da Associação das Terras do Infante nas comemorações; outro, o tema que este ano absorveu a atenção das mesmas comemorações, a contextualização da escravatura.



Se em relação à participação das Terras do Infante será matéria altamente louvável, pelo que não merecerá mais comentários da TSL; já em relação ao tema da escravatura, não podemos deixar de fazer o nosso comentário. A maneira como a Câmara Municipal, através das intervenções da Sra. Presidente, tem estado a enquadrar este acontecimento histórico, merece reconhecimento da TSL, além de pessoal. E só assim poderá ser, caso Lagos queira continuar a prestar serviço cultural à Humanidade, contextualizando, com saber e prudência, um dos maiores dramas de toda a história humana, mas, simultaneamente, fazendo repercutir esse acontecimento dramático nos nossos dias. Assim, não esperando pela Informação de Fevereiro 2017, aqui fica, Sra. Presidente, registado o agrado da TSL pelas comemorações em 2016 do aniversário do Infante, bem como da inteligente e histórica abordagem do tema da escravatura a que Lagos, para todo o sempre, não deixará de estar ligada, para o bem, do presente e futuro, e para o menos bem, ou mesmo mal, do passado. A justiça social e política na fatura municipal da água. Em todas as suas Informações, e em demais textos da sua autoria, cuida a Sra. Presidente em falar de justiça social. Sabemos que o faz, não só por palavras, mas com convicção política. E por isso a TSL sente-se à vontade para trazer a justiça social esta noite à AM. Não é desconhecimento da CM nem da AM as queixas que os munícipes fazem, aqui e noutros Municípios algarvios, sobre os excessivos custos do preço da água, a que as Câmaras designam como tarifas, a que estão acopladas duas taxas de disponibilidade do serviço, a que ainda se acresce um parcela para receita do Estado. O serviço da prestação do serviço da água tem sido uma preocupação da TSL; em sessões anteriores da AM, a TSL levantou algumas questões envolvidas com este serviço, mas, por fundamentos que ainda não aceitamos, saímos vencidos dessas questões. Mas, não derrotados, pelo que voltamos a falar, agora, sob um novo prisma, o da justiça social. Para isso, concorreu, para além do sentido clamor dos munícipes pelo custo do preço da água, também o recente arquivamento de um processo judicial, no qual a vertigem por encontrar um solução não permitiu uma maior clareza sobre as dúvidas que persistem sobre se o valor a pagar por serviço da água é um preço, como diz o artigo 21.º da Lei do regime financeiro das AL, se uma tarifa, como informa a fatura da água da CM de Lagos, ou ainda, se uma taxa, como diz o douto despacho de arquivamento do TAF de Loulé. O mais curioso é que a designação de tarifa inscrita na fatura da água da CM anda desaparecida do léxico da legislação autárquica. A Lei do regime financeiro das autarquias só refere a “cobrança de taxas e preços”, na linha do que diz o regime jurídico das autarquias. Se, para a TSL, já havia antes confusão, mais confusão ficou com a fundamentação do TAF de Loulé. Confusão que iremos por entre parêntesis, pelo que não será o objeto desta nossa intervenção. A Lei dá competência à CM para “fixar os preços de prestação de serviços”; porque esses preços são competências legais da CM, escolhemos colocá-los sobre a bandeira da justiça social que os governantes municipais estão obrigados cumprir para com os seus cidadãos. Falamos muito de participação política, mas, raras vezes, falamos dos justos direitos económicos dos cidadãos, compreendidos nessa participação política. Quando líamos o texto da Sra. Presidente, chegados à folha 43 em que se aborda a equipa de deteção de fugas de água, andámos à procura



Fl. 169v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

do valor médio da percentagem das respetivas fugas de água. Para a nossa análise, era um dado substantivo que a AM soubesse esse valor; porque, depois, falar em diminuição de fugas em relação ao anterior de 4, 22%, se, por um lado, é louvável, por outro lado, é irrelevante, pois não sabemos qual a percentagem de perdas que havia no ano anterior. Assim, após a TSL ter colhido a informação que as perdas de água se situavam entre os 28 a 30% da água comprada e disponibilizada pelo Município, não pudemos deixar de voltar a ouvir o clamor dos munícipes. Deixando para ocasião oportuna a justeza justa do preço da água ou da tarifa de disponibilidade a pagar, fiquemo-nos, nesta reflexão, só pela justeza do preço da água, cobrado como tarifa pela CM. Diz a fatura da CM: “a aquisição do serviço de abastecimento de água às Águas do Algarve S. A. teve um custo médio unitário de 0,50/m³ no ano de 2014”. E é aqui, Sra. Presidente, que a TSL necessita do seguinte esclarecimento, para melhor ajuizar da justeza política do preço cobrado pelos munícipes de Lagos: Quando a CM encontra o valor de referência a pagar pelo munícipe, Esse valor elimina, ou não elimina, os 28 a 30% que são da responsabilidade da CM, sendo, ou não sendo, suportados pelo valor de referência do preço a pagar pelo munícipe? O valor correspondente aos ditos 28 a 30% é, ou não, contabilizado como perda financeira da CM? Se o suporte dos 28 a 30% for feito pela CM, a nossa questão está resolvida, mesmo se a TSL entende serem exagerados os valores em curso; mas, se não for, como é que a CM pensa explicar a justiça social em matéria tão sensível como é o abastecimento público do fornecimento de água, quando quase 1/3 não é consumido pelos cidadãos? Outras questões sobre a fatura da água já foram hoje levantadas na AM, mas a TSL não as inclui na sua intervenção. Quando houver oportunidade, fá-lo-á. Sra. Presidente, a justiça social cumpre-se quando se respeitam os direitos dos cidadãos, mesmo e sobretudo, os direitos económicos. Para isso, os custos imputados aos cidadãos para pagamento de bens essenciais, ou uso de espaços de públicos, deveriam refletir esta preocupação dos governantes autárquicos. A não ser assim, quem é questionada é a democracia, sobretudo, a democracia local. Quando a democracia local faz quarenta anos, bom seria que todos nós, CM e AM, sem esquecer as Freguesias e os seus órgãos, nos interessássemos mais a sério pela função política da justiça social. Se é verdade que cabe à CM aprovar os valores dos preços dos serviços prestados, também é verdade que cabe à AM fiscalizar essa aprovação. Não basta para a TSL o estudo técnico dos preços; é necessária, sobretudo, a vontade política para encontrar a equidade entre o interesse público e o direito económico dos cidadãos. Porque, mais que competências legais, nesta matéria da equidade está o espírito de lealdade ente eleitos e eleitores. Por isso, de um texto recente, retirámos as considerações finais: “A democracia garante, à partida, a justiça? Não. A democracia não é infalível, mas, é retificável, e, como consequência, perfectível. Não existe uma sociedade onde todos os cidadãos vivam em igualdade de condições quanto à participação democrática nos assuntos que lhes dizem respeito... O objetivo é que uma sociedade democrática (local, nacional ou global) se autoanalise e se autoavale a fim de se tornar mais participativa e justa” (fim de citação). Para a TSL, a matérias dos preços ou das taxas municipais é assunto, não só de participação política de cidadãos, como de construção de um espaço justo entre



governantes democráticos e governados. Esta intervenção da TSL, no momento da Informação da Sra. Presidente, mais não deseja que fazer abordagens políticas que tornem o modelo de relacionamento económico entre eleitos políticos e cidadãos mais participativo, mais equitativo e mais justo. Matéria de que iremos continuar a falar aquando do debate das GOP e do Orçamento.”-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) perguntou sobre o ponto de situação relativamente às futuras instalações para a GNR. Disse que as passadeiras na Avenida Cabo Bojador estavam pouco visíveis pelo que perguntou se estava previsto repintar as mesmas e iluminá-las. Referiu que na final da Ponte D. Maria, no sentido Lagos/Meia-Praia, a mesma tem um desnível acentuado que leva as viaturas a roçarem no alcatrão, ao saírem da ponte.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) felicitou a Câmara Municipal relativamente ao trabalho desenvolvido nas Colinas Verdes, a bem de quem vive no local.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que quando iniciou as suas funções de Presidente da Câmara Municipal, existiam inúmeros problemas com condutas de abastecimento de água, nomeadamente a de abastecimento para a Vila da Luz e para a Vila de Bensafrim, sendo que o problema da conduta de abastecimento de água para a Vila da Luz já estava solucionada, estando a ser tratada a questão relacionada com a conduta para Bensafrim. Acrescentou que até a situação estar resolvida, irá ser colocada em prática uma solução provisória, no sentido de minimizar transtornos à população. Referiu ainda que todas as questões relacionadas com condutas de abastecimento de água, existentes no Concelho, estão a ser monitorizadas, estando previsto um grande investimento a este nível, o qual será inserido numa candidatura a fundos europeus. Referiu que nas geminações também existe a necessidade dos Presidentes das respetivas autarquias reunirem, para programarem iniciativas. Disse ter quase a certeza que a escola Sofia de Mello Breyner iria ter painéis solares, mas iria informar-se para poder esclarecer. Sobre os passadiços entre a Praia do Canavial e a Ponta da Piedade, disse que se tratava de uma obra que estava inserida numa intervenção a ser feita na zona da Ponta da Piedade, sendo esta a primeira fase, a qual iria arrancar em breve. Relativamente à Associação dos Municípios com Centro Histórico, disse que a mesma precisa de um impulso, pelo que a Delegação Regional da Associação, sediada em Lagos, está a desenvolver trabalhos no sentido de contribuir para tal. Informo que se tinha deslocado a Lisboa, recentemente, com o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, para reunir com a tutela, no sentido de exigir a retoma das obras na EN 125 e de informar que a Câmara Municipal de Lagos se disponibilizava para embelezar as rotundas da EN 125 situadas no Concelho, tendo a tutela deixado o compromisso de que a obra iria ser retomada no fim de dezembro, principio de janeiro. Disse que é preciso rever os descarregadores de tempestades. Sobre o PAEL disse existir, por parte da Câmara Municipal, a vontade de antecipar o pagamento de parte do mesmo e pagar o restante contraíndo um empréstimo junto da banca, uma vez que o juro do Banco é mais baixo do que o praticado pelo Estado. Sobre o



Fl. 170v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

Programa de Ordenamento da Orla Costeira e a crítica feita relativamente à posição da Câmara Municipal, informou que a Câmara Municipal tinha ido contra a proposta do Programa, uma vez que a mesma ia contra o decidido nas reuniões de concertação realizadas. Disse que o balcão do empreendedor é gerido por uma pessoa com experiência na área, o qual está a produzir trabalho. Referiu que a gestão da água e o saneamento geram receitas, por isso existem tantos pretendentes. Sobre as comemorações do falecimento do Infante D. Henrique, disse que pela primeira vez, a programação tinha sido feita em conjunto pelos Municípios das Terras do Infante.-

-----**SAÍDA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, ausentou-se, definitivamente, da sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	António Marreiros Gonçalves	0.09

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, sobre o Contrato-Programa com a Lagos-em-Forma, disse haver necessidade de rever o mesmo na sequência da nova competência que a empresa municipal passou a ter com a gestão dos estacionamento, o que faz com que as verbas a transferir pela Câmara Municipal, diminuam, substancialmente. Sobre as diferenças nas faturas da água disse que as mesmas se devem a determinações da entidade reguladora que é a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Sobre as receitas geradas pela água, disse que quando é dito que a Câmara tem uma receita, proveniente da água, de cerca de cinco milhões de euros e só investe um milhão, não é bem assim porque há muitos custos associados. Disse que o processo do Orçamento Participativo, ainda estava a dar os primeiros passos no Município de Lagos, pelo que enquanto não for inaugurado algo proveniente deste Orçamento, a dúvida vai sempre pairar nas pessoas sobre para que serve o mesmo. Relativamente ao PAEL disse que faltavam dez anos para pagar o mesmo, pelo que o empréstimo que a Câmara Municipal estava a tentar contrair junto da banca seria para o mesmo prazo, mas com uma taxa de juro fixa entre 1% e 1,5%, sendo que a praticada pelo Estado é de 2,43%.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, sobre a pintura dos pavimentos rodoviários, disse que está a ser feito um levantamento das necessidades para se avançar para a pintura dos mesmos. Informou que os novos colaboradores para a Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos iriam entrar em funções a partir do dia 2 de janeiro. Disse que estava em execução um plano de substituição de contadores de água, e de condutas, com o objetivo de diminuir as fugas de águas. Sobre os descarregadores de tempestade, disse os mesmos estavam com problemas e por isso entrava água salgada nas estações de tratamento e isso acarreta custos superiores para a Câmara Municipal, acrescentando que tinham sido iniciados trabalhos para regularizar a situação. Informou que a fonte da barca iria sofrer intervenções com o objetivo de serem diminuídos os custos existentes. Disse que as Colinas Verdes vão ainda ser intervencionadas no sentido de dar ainda melhores condições a quem lá vive. Referiu que iam ser feitas intervenções a nível de



infraestruturas e de pavimento em algumas ruas do Centro Histórico, à semelhança de algumas já realizadas. Sobre a conduta que abastece Bensafrim, disse que o processo da substituição da mesma é complicado, o que faz atrasar a intervenção.----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Sara Coelho, disse que não existe sistemas de gestão documentais perfeitos, mas os mesmos vão sendo melhorados e por vezes existe a necessidade de alterar os mesmos, situação que se está a verificar na Câmara Municipal, com o objetivo de melhor os serviços internos o que beneficia os munícipes. Sobre as atividades promovidas pela Câmara Municipal para assinalar a época natalícia, disse que o grande objetivo das mesmas era o de promover o comercio tradicional.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que quando mencionou as questões das alterações climáticas, referia-se a situações reais e não se tinha referido ao diferendo entre a Câmara Municipal de Lagos e a Agência Portuguesa do Ambiente sobre o Programa de Ordenamento da Orla Costeira, até porque o Grupo Municipal LCF apoiava a posição da Câmara Municipal relativamente ao assunto.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 30 de novembro de 2016, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 43 minutos, da madrugada do dia 29 de novembro de 2016, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF), Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado(PS).-----

.....
.....